

### **Relato da 145ª Reunião do Plenário**

No dia 1 de março de 2021, realizou-se a centésima quadragésima quinta sessão plenária do Conselho Nacional de Educação (CNE)<sup>1</sup>, através da Plataforma Zoom, tendo sido adotada a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Apreciação e discussão do projeto de Parecer sobre o Programa de Recuperação e Resiliência – Relatores(a): Conselheiros(a): Joana Brocardo, João Cravinho e Pedro Lourtie.

**Ponto 1. Informações**, a Presidente saudou os presentes, deu as boas-vindas aos novos conselheiros e justificou a urgência de realização deste Plenário, em resultado do pedido de parecer, feito pelo Governo, sobre o Plano de Recuperação e Resiliência, que tinha de ser enviado ao Governo nesse próprio dia. A resposta a esta solicitação obrigou a um esforço grande, num período de tempo muito curto.

Referiu a realização, no passado dia 26 de fevereiro, do *Webinar* sobre a aprendizagem da escrita e o gosto pela aprendizagem da escrita. Agradeceu ao Conselheiro Sérgio Niza que o concebeu e organizou, e considerou a iniciativa muito interessante e útil. Lembrou que este *Webinar* contou com intervenções de Jorge Ramos do Ó, Inácia Santana e Marina Lopes.

Agradeceu os contributos recebidos para o Plano de Atividades 2021, que iriam ser integrados tanto quanto possível, para posteriormente ser enviado a todos (as) os/as conselheiros (as).

**No ponto 2. Apreciação e discussão do projeto de Parecer sobre o Programa de Recuperação e Resiliência**, a Presidente começou por agradecer os contributos que foram enviados e que se procuraram integrar no projeto de parecer. Referiu que os relatores foram a Conselheira Joana Brocardo e os conselheiros João Cravinho e Pedro Lourtie, que coordenou, e a quem pediu que apresentasse o documento.

O Conselheiro Pedro Lourtie mencionou os contributos recebidos, que tinham sido integrados na medida do possível. Referiu a dimensão do projeto de parecer, explicada pelo tempo escasso para a sua elaboração, que não permitiu a sua depuração cuidada. Apresentou a estrutura do documento, dividida em quatro partes: 1. Visão Integrada da Educação e Formação, de Capital Humano e de I&D; 2. Contextualização; 3. Apreciação do documento e 4. Recomendações.

No debate superveniente, intervieram os/as conselheiros/as: Ana Cláudia Valente, Antero Resende, Fernando Almeida, Francisco Rodrigues, João Cravinho, João Dias da Silva, João Pedro Louro, Joaquim Mourato, José Leon Acosta, José Luís Presa, José Tribolet, Lurdes Figueiral, Manuela Encarnação, Manuel Gomes, Mário Nogueira, Nuno Biscaya, Pedro Reis, Rodrigo Queiroz e Melo, Rui Vieira de Castro. Via *chat*, foram recebidas mensagens dos/das conselheiros/as Ana Leal Faria, Cristina Vieira, Inácia Santana, Joaquim Azevedo, Jorge Ascensão, José Cordeiro, Luís Manuel Capucha, Luísa Ferreira Malhó, Mariana Avelãs, Sofia Marques da Silva, Teresa Godinho e Verter Gomes.

---

<sup>1</sup> A gravação integral da reunião encontra-se no arquivo do CNE.

As intervenções realçaram, na sua generalidade, o bom trabalho que foi feito em tão pouco tempo, que resultou num ótimo contributo para a discussão pública em torno do Plano de Recuperação e Resiliência.

Destacam-se algumas das sugestões apresentadas e opiniões manifestadas pelos/pelas conselheiros/conselheiras:

- salientar que, para além da relevância de uma Visão Integrada da Estratégia de Educação e Formação, de Capital Humano e de Investigação e Desenvolvimento e da sua tradução num Plano de Ação que enquadre a aplicação dos recursos do PRR, do Quadro Financeiro Plurianual, do Orçamento de Estado e de outras eventuais fontes de financiamento, já contempladas nas recomendações do Parecer, seria pertinente recomendar, igualmente, a elaboração de um plano para a sua execução e uma *task force* de acompanhamento, bem como a importância de se assegurar a participação dos parceiros sociais e de se clarificar o modelo de governança do Plano e das suas várias áreas de intervenção.

- seria fundamental tirar proveito desta pandemia no campo da educação e criar um ensino presencial apoiado por plataformas digitais, o que constituiria uma mais-valia e o melhor modo de transformar esta crise numa oportunidade;

- reforçar, no parecer, a necessidade de investimento também no edificado escolar, por forma a esbater as assimetrias existentes;

- evidenciar a necessidade de investimento nos recursos humanos, não apenas no pessoal docente, mas também nos outros profissionais que exercem funções nas escolas;

- referir a importância de alargar o esforço de capacitação digital a outros intervenientes, trabalhando as competências digitais não só dos professores, mas também dos pais/encarregados de educação e alunos e do pessoal não docente. Para isso, seria importante garantir uma estreita articulação com as instituições/estruturas de base local existentes, pela necessidade de chegar junto de públicos que se encontram em situação de maior vulnerabilidade, nomeadamente comunidades ciganas e migrantes onde os *deficits* de competências digitais são mais evidentes;

- recomendar a relevância de a formação de todas as gerações para o digital não se limitar a competências que fiquem desatualizadas muito rapidamente (como se verifica com as ferramentas), mas ser em torno de competências digitais fundacionais, que são estruturantes na adaptação a mudanças mais disruptivas, como a que agora se vive. Em alinhamento com esta questão, deveria pensar-se em medidas e programas que tenham um carácter antecipatório, uma das características de resiliência, e que está menos presente no PRR;

- acrescentar que o reforço das competências dos encarregados de educação deve ser também ao nível da cidadania e da compreensão do currículo. Não há no PRR nenhuma referência ao envolvimento parental na educação, fundamental para a resiliência do país, exceto na medida *impulso adultos*;

- acrescentar, nas recomendações, a necessidade de desenvolvimento de competências sócio emocionais;

- incluir, nas recomendações, a necessidade de envolver os atores no desenho e execução do Plano, uma vez que há muitas referências à Administração Pública e insuficientes aos outros

atores na educação. As comunidades do ensino particular e cooperativo devem merecer uma referência e têm de ser incluídos no PRR;

- incluir uma referência à necessidade urgente de colmatar, em todos os níveis de ensino, as deficiências provocadas pela pandemia na aquisição das aprendizagens previstas para estes dois últimos anos, assim como de apoio aos alunos mais afetados, para assim garantir a igualdade de oportunidades;

- repensar a área das TIC como área troncal e transversal do ensino, não apenas para dotar os estudantes dos rudimentos necessários para se tornarem utilizadores, mas também a de incluir a comunicação multimodal e a criação digital (programação) como parte central das literacias a trabalhar em todos os níveis e áreas de ensino;

- reforçar a necessidade de incluir, no que diz respeito à “transição verde”, a eficiência energética e o autoconsumo energético dos estabelecimentos de ensino básico, secundário e superior;

- alertar para a obsolescência inerente ao modelo previsto para a digitalização, que coloca o foco na aquisição de computadores;

- reforçar a ideia, no contexto das recomendações, da necessidade de investimento no alojamento estudantil no ensino superior;

Foi também realçada a nota recordatória, constante do parecer, sobre a "educação ambiental permanente" (European Green Deal). Foi referido, no âmbito das empresas de serviços, a importância de a formação/reconversão profissional de adultos ter em conta as projeções para o envelhecimento do país, bem como o papel fundamental das TIC no apoio aos mais idosos, contribuindo para a sua autonomia.

Depois de analisadas e aceites algumas das propostas de alteração, por parte dos relatores, a Presidente colocou a votação o projeto de parecer, que foi aprovado por unanimidade.

A Presidente agradeceu os contributos de todos e deu por encerrados os trabalhos desta sessão plenária.